

PETROBRÁS

ESSE PATRIMÔNIO É NOSSO

Euzébio Rocha



- 1991 -

EUZEBIO ROCHA

PETROBRÁS
esse patrimônio
é nosso

O petróleo é o sangue da terra;
É a alma da indústria moderna;
É a eficiência do poder militar;
É a soberania; É a dominação.
Tê-lo é ter o sésamo abridor de todas as portas.
Não tê-lo é ser escravo.

Monteiro Lobato

Copyright – 1991 – Euzébio Rocha

Revisão – Clóvis Meira

Diagramação e Arte Final – Equipe KMK

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação

RG - Editores Associados

Rua da Consolação, 393 - 11.0

Conj. 112 - Tel.: 258-7557 - São Paulo

Apoio - Sindicato dos Escritores no Estado de São Paulo

Pesquisa, lavra e refinação, constituem as partes de um todo, cuja posse assegura poder econômico e poder político.

Petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza. Não é admissível conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional.

Só o estado tem qualidade para explorá-lo em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo.

General Júlio Caetano Horta Barbosa

A nação que possui petróleo em seu subsolo e o entrega a outro país para explorar, não zela pelo seu futuro.

Woodrow Wilson, Presidente dos EUA

As companhias petrolíferas têm dinheiro, armas e munições para as revoluções. Dinheiro para a imprensa antipatriótica que as defende; dinheiro para enriquecer os seus incondicionais defensores; porém para o progresso do país, para encontrar uma justa compensação do trabalho, elas não têm dinheiro.

Lázaro Cárdenas, Presidente do México

ÍNDICE

Prefácio	7
Geopolítica do Petróleo	10
Petróleo – Motor do Mundo	13
Informar é preciso.....	14
Conspiração Contra a Petrobrás	17
Diretrizes Legais para a Política Petrolífera	22
Subsídio Político e Subsídio de Favorecimento	24
Nova Escalada Contra a Petrobrás	26
Tribunal de Contas da União realiza Auditoria na Petrobrás....	29
Petrobrás – Empresa que Responde aos Desafios	32
Falso Dilema – Privatização ou Estatização	39
Neoliberalismo em Crise	43
Poupança Interna – Fator de Progresso	46
Conter a Demanda não é Solução	48
Monopólios de Estado e a Evolução Histórica das Empresas de Petróleo	51
Imprevidência, Incompetência ou Irresponsabilidade	53
A Luta pelo Petróleo no Brasil	54
Recordar é preciso	56
Hoje – O que é a Petrobrás.....	59
Palavras Finais.....	60

PREFÁCIO

Em 1953, quando o Presidente da República, Getúlio Vargas, enviou à Câmara dos Deputados a Mensagem, com o anteprojeto que criava a PETROBRAS, não chegara a adotar o modelo do monopólio estatal para a entidade destinada à exploração do petróleo, embora não houvesse abandonado de todo, a inspiração nacionalista, a que vinha procurando servir, na orientação de seu governo. Coube, por isso, ao então deputado Euzébio Rocha, eleito, em S. Paulo, pelo Partido Trabalhista, a apresentação de um substitutivo, em que defendia o monopólio estatal para a criação da PETROBRÁS. Não o fez, todavia, sem obter, previamente, para a apresentação de seu substitutivo, a aprovação do Presidente Getúlio Vargas, como tantas vezes tem revelado, nos pronunciamentos que vem fazendo, desde que apresentou o seu projeto, a 28 de janeiro de 1953. O outro substitutivo teve a assinatura do deputado Bilac Pinto, que então representava a União Democrática Nacional, que atuava como oposição ao governo de Getúlio Vargas, quase seis meses depois do projeto de Euzébio Rocha e já a 6 de junho de 1953.

Coube, assim, a Euzébio Rocha, a iniciativa de propor o monopólio estatal para a entidade que viria atuar nos setores da produção, da refinação e da venda dos derivados do petróleo, tese que acabou vitoriosa no Congresso Nacional, depois de um longo debate, dentro e fora do Congresso e no que se poderiam incluir as admiráveis conferências, no Clube Militar, do General Horta Barbosa, com a utilização dos melhores argumentos em defesa do monopólio estatal. Reporto-me ao livro excelente, que ficamos a dever à Sra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda, sob o título todo o Brasil, no apoio decidido à Lei 2004, de 3 de outubro com que se esclai-

receu e conquistou a opinião pública de “O Petróleo é Nosso”, em que historia toda a campanha, de 1953, sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas, e que veio a transformar-se em preceitos das Constituições que vieram depois, com as Cartas Constitucionais em 1967, 1969 e 1988. Não é fora de propósito lembrar que, na votação do preceito que aprovava o monopólio estatal do petróleo, na Assembléia Constituinte de 1988, o preceito que se transformaria no artigo 177 da atual Constituição, teve a aprovação de 441 constituintes, contra apenas 7 votos contrários ao monopólio, reduzidos assim, a percentagem de aprovação a 80% de toda a Assembléia, contra apenas 1,2%. O monopólio vem conquistando os melhores resultados, obtendo mais da metade do consumo de petróleo em todo o País, incluindo, na sua tarefa, o aumento espetacular do patrimônio público, as refinarias em funcionamento, com a frota dos petroleiros, com os oleodutos em operação, com os edifícios construídos e, sobretudo, com o capital humano representado por mais de 6.000 engenheiros especializados e um número não menor de geólogos, dedicados ao aproveitamento das riquezas minerais do Brasil, num país em que, antes da PETROBRÁS, os geólogos eram contados pelos dedos das mãos. O que veio permitir que o nosso País figurasse na vanguarda da tecnologia mundial, nos assuntos de sua especialidade. O Brasil pode jactar-se de não precisar lições de ninguém, ao mesmo tempo que serve de paradigma, tanto na eficiência, como nos resultados que vem obtendo.

Desde a apresentação de seu substitutivo, em janeiro de 1953, Euzébio Rocha tem estado sempre presente, em todos os debates em que está em causa o monopólio estatal do petróleo, com um conhecimento de tudo que diz respeito à criação e à atividade da PETROBRÁS. Em qualquer país do mundo, em que existisse uma estatal com as realizações que acompanham a atividade da PETROBRÁS, só haveria campo para manifestações de aplauso e de entusiasmo. O Brasil, infelizmente, não consegue libertar-se de uma corrente, que nunca constituiu maioria, e que parece sofrer com o êxito e a eficiência que a PETROBRÁS vem demonstrando, em quase quarenta anos de atuação exemplar, em que só não obteve a auto-suficiência entre a produção e o consumo pelas dificuldades criadas pelo próprio governo, no corte e redução dos investimentos que seriam imprescindíveis, para o alcance desse resultado. Como se os próprios governos se constituíssem em inimigos da PETROBRÁS.

Se os governantes parece que fazem questão de não reconhecerem e não aplaudirem a eficiência e os resultados do monopólio estatal, há que reconhecer e proclamar que Euzébio Rocha esteve sempre presente em todos os debates, na defesa dos interesses brasileiros, com argumentos esclarecedores, sempre em dia com todos os problemas que envolvem os destinos da PETROBRÁS. Seus conhecimentos técnicos, sua atualização em todos os assuntos que dizem respeito aos problemas do petróleo, em todo o mundo, dão à sua palavra o peso e autoridade de um verdadeiro professor, realçado sempre pelo entusiasmo de uma paixão vigorosa, que é o seu patriotismo, o seu profundo e vibrante amor ao Brasil. Há qualquer coisa de um verdadeiro apostolado, nesse nacionalismo vigilante, em que se concentra todo o seu interesse pela própria vida. E eu estou certo de que todos os que vierem a ler os seus estudos, em defesa do monopólio estatal do petróleo, concluirão, comigo, que Euzébio Rocha é um grande brasileiro, num país em que não faltam homúnculos que não têm olhos para ver os destinos de uma grande pátria.

Barbosa Lima Sobrinho

GEOPOLITICA DO PETRÓLEO

A geopolítica do petróleo significa a disputa pelo controle das regiões petrolíferas.

Por longos anos, as nações poderosas, ajudadas em seus objetivos pelos trustes de petróleo, apossaram-se de grandes áreas petrolíferas, através de draconianos contratos de concessões. Tais atividades constituíam ilhas estrangeiras sobre as quais os governos locais tinham controle precário. Henri Berenger, comissário-geral de petróleo da França, referindo-se à Primeira Grande Guerra, afirmou:

“O petróleo foi o verdadeiro sangue da vitória. Esta vitória será denominada, por séculos e séculos, a vitória do petróleo. Esta sentença continua verdadeira. Ainda hoje, sem petróleo o mundo pára.

Petróleo é bênção, é progresso para os países que dominam e controlam as atividades petrolíferas. Entretanto para os povos que só dispunham de reservas de petróleo, tão terrível foi a opressão destes grupos econômicos que Calles, presidente mexicano, disse ao general Henrique Mosconi:

“Melhor seria que o México nunca tivesse tido petróleo”. Toda a agitação e revoluções, por anos a fio, naquele país, foram desencadeadas pelos trustes de petróleo, porque em 1935, o México adotou medidas nacionalistas. Para os países sem tecnologia, o petróleo debaixo da terra ou na mão dos trustes não traz benefício a povo nenhum.

O tirano da Venezuela, Juan Vicente Gomes, entregou as reservas de petróleo a Royal Dutch. Apoiado pela empresa estrangeira, por 35 anos, oprimiu seu povo que por todo esse tempo continuou faminto, analfabeto, marginalizado e sofrido, enquanto o país se eleva a terceiro maior produtor de petróleo do mundo. Para todos os países da América Latina, o petróleo foi a mais terrível das maldições. Exceção do Brasil, porque o Presidente Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei nº 366 de 11 de abril de 1938, tornando a atividade petrolífera privativa de brasileiro nato. Na mesma época, o Decreto-Lei nº 395 de 29 de abril do mesmo ano, criou o Conselho Nacional do Petróleo, dirigido pelo eminente general Horta Barbosa, a quem tanto o Brasil deve pela sua ação patriótica em relação à nossa principal riqueza.

Outras reações nacionalistas se deram. Mossadegh, em 1951, nacionalizou a Anglo Iranian e pagou com a vida o querer o seu país livre, o Irã. Nem diferente foi o destino de Kassen ao reagir contra os trustes no Iraque. Os árabes guardaram o fracasso destas lideranças. Adotaram uma política moderada por muito tempo.

NOVA PARTILHA DAS REGIÕES DE PETRÓLEO

O Oriente Médio dispõe de 2/3 das reservas petrolíferas do mundo. Durante anos, o acesso dos países industrializados a essas fontes de energia foi tranqüilo em quantidade e em preço. Em 1960, o preço do barril de petróleo era de 70,8 cents. Um fato novo alterou estas relações: o uso do petróleo como arma política, por meio de embargos, para pressionar aliados de Israel, principalmente os Estados Unidos. A denominada “crise de energia” ganhava um elemento com enorme poder explosivo. Já não se tratava apenas de preços, mas da possibilidade de estrangulamento do mundo industrial. Estados Unidos, Europa e o Japão, para se abastecerem regularmente dependem de relações normais com esta área. Em resposta à política árabe, Kissinger, em nome dos interesses americanos, em novembro de 1974, sem guerra ou alerta geral, enviava uma força-tarefa norte-americana, liderada pelo porta-aviões atômico “Constellation” ao Golfo Pérsico. Eram manobras de intimidação. É crescente a dependência dos Estados Unidos em relação às fontes externas de matérias-primas. Em 1989, os EUA importaram uma média de 7 milhões de barris de petróleo por dia com o que

despenderam 49 bilhões de dólares, o que representou mais da metade do seu déficit na balança comercial.

De nada adianta, em trabalho desta natureza, aprofundar o exame entre alianças e confrontos entre os países do Golfo Pérsico e as potências industriais. É uma ciranda que tem variado. O Irã já foi aliado dos Estados Unidos. O âmago da questão é o choque de interesses conflitantes das áreas desenvolvidas com as áreas subdesenvolvidas.

Os países centrais, em nome da sua hegemonia tradicional, continuarão a intervir direta ou indiretamente nos países produtores de matéria-prima? Ou reconhecerão a necessidade de negociar relações mais justas e mais cooperativas? Na objetividade destas perguntas está a chave de situações precipitadas pelo petróleo, cuja força como arma política faz tremer o mundo.

PETRÓLEO - MOTOR DO MUNDO

O conflito do Golfo Pérsico evidencia a importância decisiva do petróleo no destino dos povos.

Há um hiato entre os países ricos e os países pobres. Os primeiros desejam obter o petróleo pelo menor preço em quantidade abundante, se possível; os países pobres, produtores de petróleo desejam a sua valorização, porque petróleo barato se esgota facilmente, além do que petróleo é a energia de mais baixo custo do mundo.

Quando os árabes, com a pressão dos embargos, resolveram usar o petróleo como força política de persuasão, ficou claro que a maior parte do trabalho realizado pelo sistema de produção dos países ricos deriva do petróleo, em grande parte importado. O embargo provocou desemprego em massa e deixou clara a conexão petróleo-sistema- econômico.

O debate em torno do problema do petróleo, reproduz entre nós os mesmos episódios ocorridos em outros países, por ocasião do trato dessa questão. Há apenas a luta entre as multinacionais, instrumento dos países ricos e as regiões abastecedoras de matéria-prima que se desejam industrializar.

INFORMAR É PRECISO

Os trustes de petróleo mudaram de nome, mas não de objetivos. São hoje o que eram ontem e serão amanhã que são hoje – o grandes e poderosos conglomerados visando a controlar as reservas mundiais de petróleo, o mercado e o preço, eliminando sempre que possível as empresas nacionais independentes. Para tal fim contam com apoio das Grandes Potências.

As grandes nações repousam o seu poderio no funcionamento regular das indústrias fundamentais, transformando, por isso, assim, o abastecimento de petróleo e de matérias-primas, em geral, em problema de vida e de morte contra o qual não há peias, normas de conduta, código de ética ou leis restritivas, capazes de ação eficiente.

Confirmam a nossa assertiva, as declarações, sem re- buços, de Henry Kissinger:

“Os países industrializados não poderão viver, da maneira com que existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis no planeta, a um preço próximo do custo de extração e transporte e, ou se elevados, sem perda na relação de troca pelo reajustamento correspondente nos preços dos seus produtos de exportação. Para tanto, terão os países industrializados que montar um sistema mais requintado e eficiente de pressões e constrangimentos garantidores da consecução dos seus intentos.” O modelo externo é o Gabão, país rico em urânio, manganês e tantos outros recursos minerais, que foi conver-

tido num condomínio de algumas grandes empresas multinacionais que decidem do seu futuro”.⁽¹⁾

Positivamente, não admitimos que o Brasil seja o próximo GABÃO cujo destino é traçado pelas grandes empresas multinacionais.

É inconcebível o grau de obstaculação a uma solução nacional para a questão do petróleo, por técnicos estrangeiros, egressos de grandes companhias estrangeiras de petróleo que, coincidentemente, “erram sempre” contra o Brasil. Citemos, para exemplificar, dois casos: Victor Oppenheim trabalhando no Departamento de Geologia do Ministério da Agricultura, presidido por Juarez Távora, que era contra o monopólio, afirmou, categoricamente, que não havia petróleo na Bahia, região de Lobato. Anos depois, o Conselho Nacional do Petróleo, dirigido pelo eminente Gen. Horta Barbosa, inaugurou uma Placa - O PRIMEIRO CAMPO ONDE JORROU PETRÓLEO NO BRASIL. Veio depois Walter Link, nomeado por Juracy Magalhães, também contra o monopólio e presidente, então, da Petrobrás. Pedro de Moura, a quem a Petrobrás deve relevantes serviços, afirmou: “A avaliação Link não se baseou sobre um conjunto de fatos e informações em número suficiente para permitir-lhe um pronunciamento que atingisse uma conclusão definitiva e esclarece que o pronunciamento Link passou a ser subjetivo, com caráter pessoal e PESSIMISTA”.

A tais expedientes se juntam as pressões exercidas pelas grandes potências, denunciadas, com oportunidade por MAGALHÃES PINTO, ex-governador de Minas Gerais e, na época, ministro das Relações Exteriores, em julho de 1969, em conferência pronunciada para alunos da Escola Superior de Guerra, da qual destacamos o seguinte trecho:

“As pressões se exercem constantemente. Um caso já histórico foi o da mobilização de pressões econômicas e políticas para evitar, inicialmente, a implantação da Petrobrás, e, em seguida, para dificultar o seu êxito econômico e técnico. Atrasou-se, em conseqüência, a consecução da nossa plena autonomia em combustíveis líquidos, o que representou bilhões de dólares de evasão de divisas nestes últimos anos”.⁽²⁾

(1) Folha de São Paulo, 29/06/1977

(2) Folha de São Paulo, 04/07/1977.

Magalhães Pinto, um conservador liberal, evidencia de forma clara a poderosa ação de forças internacionais, que nada têm de ocultas, porque seus objetivos, contrários aos do Brasil, são conhecidos e determinados.

Os EUA eram contra o monopólio do petróleo brasileiro como prova o telegrama que transcrevemos, em seguida:

“WASHINGTON – Documentos publicados ontem (23/1/73) em Washington pelo Departamento de Estado revelam que o governo norte-americano tratou, há vinte e cinco anos de impedir a promulgação de uma lei petrolífera nacionalista no Brasil. Segundo os documentos, – até ontem considerados confidenciais – o secretário de Estado George Marshall interveio diretamente junto a autoridades do Brasil tentando convencê-las de que a legislação era inaceitável para as companhias petrolíferas norte-americanas”⁽³⁾

Ignominiosa seria a nação que se curvasse a tais pressões. Nós resistimos e vencemos. Não ignoramos, entretanto, que, algumas vezes, nos altos escalões do governo, há os que, por interesses inconfessáveis, estão a serviço de tais pressões. Geralmente, são pessoas cheias de “expedientes” e vazias de dignidade.

A nossa história confirma, desde a insurreição cabocla de Guararapes até a campanha do petróleo, que nos momentos cruciais da nacionalidade, superam-se as divergências, desaparecem as siglas políticas e o confronto, apenas se dá, entre dois partidos: – o de André Vidal de Negreiros ou o de Calabar, o de Tiradentes ou de Joaquim Silvério dos Reis, o dos que lutam e servem ao Brasil e dos que transigem e se servem do Brasil. Tais afirmações que contêm imperecível mensagem se deve a Barbosa Lima Sobrinho em A PRESENÇA DE ALBERTO TORRES - CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA.

(3) O Estado de S. Paulo, 24/01/1973.

CONSPIRAÇÃO CONTRA A PETROBRÁS

Trago a experiência parlamentar de históricos momentos em que oposição e governo se uniram para aprovação da Petrobrás. A empresa que surgiu sob o signo da unidade nacional deve, na hora da sua maior crise, merecer o apoio de todos os brasileiros e do Congresso Nacional.

As forças que coordenam os interesses contra a Petrobrás, às quais já nos referimos, tudo fizeram para impedir a sua criação, e foram derrotadas.

Agora, se aos agentes de tão sinistra empreitada, perguntássemos qual a estratégia mais eficiente para impedir o êxito econômico e técnico da Petrobrás, a resposta viria, sem vacilação, dificultar ao máximo a sua capacidade de investir, especialmente, nos setores de pesquisa, exploração e produção. É o que tem sido tentado de todas as formas mas, felizmente, nem sempre com bom resultado.

Tudo começou em 1970. Os investimentos em exploração e produção, de 1965/69, em moedas constantes de 1976, em média foram 50% dos investimentos totais. Conseqüência, a produção brasileira de petróleo, em 5 anos, de 1965 a 1969, cresceu de 5.610.659 m³ para 10.200.000 m³. Já a média dos investimentos de 1970/74, em moedas constantes de 1976, baixou para 28%. Desatinadamente a nossa produção de petróleo, em 11 anos, de 1969 a 1979, decresceu de 10.200.000 m³ para 9.928.000 m³.(4)

É axiomático - NÃO SE PRODUZ PETRÓLEO SEM INVESTIR.

(4) Relatórios da Petrobrás de 1965/1979.

O desastre a que nos referimos, a queda da produção nacional de petróleo por 11 anos, deveria alertar o Governo, dirigido, presumimos nós, por pessoas de alto nível e capazes, o que não aconteceu. Por isso, tal comportamento nos pareceu, de início, estranho, para em seguida, apresentar-se altamente suspeito.

A imprevisão do Governo em relação às duas crises do petróleo é de estarrecer, para dizer o mínimo. No início da década de 1970, já era previsível a primeira crise de 1973, pois se haviam alterado profundamente as relações de poder entre as companhias multinacionais e os países produtores. Não entendemos nós, nem o País, que, em tais circunstâncias, fossem reduzidos os investimentos nos setores de pesquisa, exploração e produção, quando era visível a alteração na estrutura de preços, com sua elevação a níveis insuportáveis para os países em desenvolvimento, sobretudo para os que dependem da importação do petróleo.

O Governo não preparou o País para a crise de 1973 e o manteve despreparado para a de 1979. Não procurou aumentar a produção interna nem reduzir a taxa de crescimento do consumo. Por quê?

Em abril de 1967, o general A. Candal Fonseca, ao tomar posse da presidência da Petrobrás, em seu primeiro pronunciamento, afirmou:

“Que o objetivo primacial da Petrobrás estava na obtenção da auto-suficiência”. Realçou, entretanto, “que poderemos aproximar-nos gradativamente, ano a ano, para atingi-lo, possivelmente dentro de cinco ou seis anos, desde que a União junte aos recursos gerados pela empresa substancial contribuição”.

Tivesse sido atendida a advertência do general Candal Fonseca, por certo, o Brasil teria enfrentado a crise de 1973, com tranquilidade. O que se fez foi, por todos os meios, reduzir os recursos para a Petrobrás. Assim, o Decreto nº 432, de 23 de janeiro de 1969, reduziu, substancialmente, os recursos destinados à empresa para aquisição de embarcações nos estaleiros nacionais, uma vez que 50% daqueles recursos foram, pelo referido Decreto, retirados da Petrobrás. Como se não bastassem tais medidas, redução dos investimentos e diminuição dos recursos, pois a Petrobrás poderia resistir, eis que, em 25 de abril de 1969, no mesmo ano, é baixado

o Decreto-Lei nº 555, reduzindo de 12,5% a quota da Petrobrás na arrecadação do imposto único sobre combustível, para 12%. Dentro do diabólico plano de dificultar a obtenção de meios para a empresa, sobreleva a Resolução baixada em 13/3/75 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico, por ordem presidencial, proibindo a Petrobrás de captar recursos na Bolsa, no momento em que as ações da empresa foram os títulos na Bolsa de maior índice de rentabilidade, atingindo a 420%.

Se tal política não foi ditada pelos trustes internacionais, quem sabe, por coincidência realizou os seus objetivos – DIFICULTAR O EXITO DA PETROBRÁS. O que se constata é que em vez da “substancial contribuição”, preconizada, oportunamente, pelo general Candal Fonseca, o que houve foi uma política de cortes de verbas e imposição de impostos que se refletiram na redução dos investimentos.

Por absurda, não prevalece a justificativa de que se trata de aplicação de demorado retorno. O petróleo é atividade autofinanciável. Para o campo de Marlin entrar em operação seriam necessários US\$ 1,8 bilhão. Como a produção estimada é de 200 mil b/d, o investimento será recuperado em um ano, considerando o preço de US\$ 30,00 dólares o barril.

CONTRATOS DE RISCO

Examinando-se os fatos e os dados do período, têm-se a impressão de que estava sendo preparado o palco para apresentação dos contratos de “risco”. O grifo é para evidenciar que não há risco nos contratos de risco. Se os riscos da pesquisa e da exploração não fossem compensados pela produção, há muito as multinacionais do petróleo não tinham tal atividade, pois não são sociedades de benemerência, mas empresas sedentas de grandes lucros.

Em 9 de outubro de 1975, contrariando a Constituição e a legislação ordinária, autoritariamente, de forma clandestina, os contratos de risco foram introduzidos no Brasil.

Recordo que a decisão se deu em clima de supressão da liberdade de debate, pois a censura à imprensa proibia qualquer divulgação que contrariasse a decisão presidencial. Todas as entrevistas que dei foram censuradas. Não foram publicadas. Não poderia ser

omisso em ocasião que era preciso falar. Tirei 10.000 exemplares de livro por mim editado: “MENSAGEM AOS MOÇOS: CEDER PETRÓLEO É CEDER SOBERANIA”. Divulguei amplamente, e ainda, guardo alguns exemplares. Afirmei, então, que as multinacionais do petróleo não estavam interessadas em aumentar a produção de petróleo, mas em controlar reservas para serem usadas, segundo a conveniência das referidas empresas, pois a produção atual atende, perfeitamente, o seu mercado cativo.

A decisão presidencial, anunciada pela televisão, afirmava que as empresas estrangeiras resolveriam o nosso problema de produção de petróleo através de um aporte significativo de capital e de novas tecnologias.

As empresas referidas tiveram todas as facilidades. O ministro Cals por telex que considerei o telex da vergonha nacional, cumprindo ordem do presidente, determinou à Petrobrás (item 2 do telex)

“Oferecer às empresas privadas a possibilidade de ter acesso a bacias inteiras, inclusive propiciando-lhes toda a informação geológica necessária, sobre a área total das bacias, para que possam ser escolhidos os blocos que interessam a cada empresa”.

Assim, aconteceu no Brasil, o maior escândalo da história do petróleo.

Quinze anos de contratos de risco não propiciaram a produção de nenhuma gota de petróleo. Foram dadas às empresas contratantes todas as condições para obter sucesso: 86,4% da nossa área sedimentar foram entregues às multinacionais, ficando a Petrobrás reduzida a 13,6%. Os 243 contratos firmados cobrem uma área de aproximadamente 1.5 milhão de quilômetros quadrados. Tal área corresponde às superfícies somadas dos estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal.

O aporte financeiro significativo, também, não veio. Nesse sentido também falharam as promessas de 1975. Todos os investimentos das empresas contratantes, segundo dados oficiais da Petrobrás, no período de 1977-1986, foram de US\$ 1.6 bilhão. Desse total devemos subtrair US\$ 500 milhões gastos na aventura da Paulipetro, US\$ 500 milhões gastos no exterior na aquisição de sondas, materiais de consumo, muitos dos quais poderiam ser adquiridos

no Brasil e pagamentos de salários em dólares. De fato, restam US\$ 350 milhões que foram os investimentos efetivos. Confirmou-se a nossa previsão, as referidas empresas não estavam interessadas em produzir mais petróleo, mas de manter reservas. Compare-se os investimentos da Petrobrás no mesmo período, que atingiram US\$ 19.7 bilhões, sendo US\$ 6.7 bilhões apenas na exploração.

Diante de tais evidências e atendendo aos superiores interesses do País, a Assembléia Nacional Constituinte proibiu a assinatura de novos contratos de risco. Sem dúvida, uma vitória do Brasil.

DIRETRIZES LEGAIS PARA A POLÍTICA PETROLÍFERA

A legislação que disciplina as atividades petrolíferas no País, elaborada por patriotas, homens de visão, procurou assegurar rentabilidade ao parque de refino nacional e manter a capacidade de investimento indispensável aos elevados encargos da empresa executora do monopólio, fator decisivo para o nosso desenvolvimento econômico.

Citaremos, somente, os principais diplomas legais que consultamos; Lei 2004 de 03/10/53, promulgada pelo Presidente Getúlio Vargas; Decreto-Lei nº 395 de 29/04/1938 (Getúlio Vargas); Decreto-Lei nº 53.337 de 23/12/63 (João Goulart); Decreto-Lei nº 28.670 de 25/09/50 (Dutra); Decreto-Lei nº 61 de 1966 (Castelo Branco).

É categórico, o art. 2.0, item III, do Decreto-Lei 395/38:

III – “estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia e cercando a indústria de refinação de petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda dos produtos refinados – importados em estado final ou elaborados no País, tendo em vista, tanto quanto possível a sua uniformidade em todo o território da República”.

Todos os diplomas legais determinam que os preços dos derivados devem assegurar a rentabilidade do parque de refino e o êxito da indústria do petróleo.

Com relação ao petróleo importado, o critério adotado pela legislação objetiva fazer com que a Petrobrás não aufera lucro, nem tenha prejuízo na importação do petróleo. Tal princípio não tem sido cumprido com graves prejuízos para a empresa. Há outras distorções que examinaremos oportunamente.

A desastrada política econômica a que vem sendo submetida a Petrobrás, está em desrespeito às mais elementares regras da atividade mercantil. Torna-se urgente e inadiável uma decisão das autoridades competentes que garanta à Empresa condições mínimas de lucratividade que suportem os necessários investimentos que visam a assegurar ao País a auto-suficiência de petróleo num prazo satisfatório.

Qualquer empresa, pública ou privada, que seja obrigada a vender os seus produtos abaixo dos custos, a produtividade irá para o brejo e a empresa para a falência ou para a ruína.

Como o aumento nos custos de produção, comprovadamente, não tem sido integralmente repassado aos consumidores, multinationais ou privados, a empresa vem se descapitalizando em benefício daqueles setores. É a prosperidade fácil e imprudente, porque estimula a eficiência para uns e o insuportável sacrifício para outros.

A Petrobrás, só na importação de petróleo, hoje, perde cerca de US\$ 360 milhões por mês, importando o produto a US\$ 20,00 o barril e recebendo do consumidor US\$ 15,00. Há outras graves distorções que serão, posteriormente, examinadas.

A Petrobrás não precisa de uma situação privilegiada, nem de favores, mas a Companhia tem sido impelida, há anos, a uma exaustão que a compromete financeiramente e a deixa sem reservas. Enquanto pôde fazer sacrifícios, fê-los. Agora, não dá mais. Não quer nada de ninguém, a não ser que a deixem trabalhar. Faça tal afirmação, porque a Petrobrás não recebe qualquer aporte financeiro de re- cursos do Tesouro Nacional.

Os investimentos para suas atividades vêm, somente, da venda do que produz e dos financiamentos a que possa ter acesso. Conseqüentemente é necessário acabar com os favorecimentos esdrúxulos, que prejudicam a Petrobrás e estabelecer preços justos é o que se impõe. Nada mais do que isso. Basta estabelecer, também, para a Petrobrás, a realidade tarifária.

SUBSIDIO POLÍTICO E SUBSIDIO DE FAVORECIMENTO

Trouxe muita luz sobre o debate, a recente divulgação pela imprensa do nível dos subsídios que os países industrializados concedem a seus produtores no setor agropecuário, nada menos do que 240 bilhões de dólares em subsídios diretos para essa área. A finalidade é garantir a sobrevivência de uma atividade produtiva que, se assim não fosse, não sobreviveria. Não se trata, obviamente, de subsídio à ineficiência, pois a agropecuária dos EUA produz 600 milhões de toneladas de grãos dez vezes a produção brasileira — e emprega, apenas, 3% da sua população no campo. Trata-se da agricultura mais eficiente do mundo, mas o grau do subsídio surpreende. Basta dizer que cada vaca norte-americana recebe do Tesouro US\$ 1.400 dólares, que faz inveja a grande parte da população do Terceiro Mundo. É uma lição para nós brasileiros.

Aqui, o governo, em nome de uma modernidade retrógrada que data do século XIX com o Visconde de Cairu, abre, sem prudência, a nossa economia ao mundo, provocando a liquidação e a desnacionalização de importantes empresas, com comprometimento dos segmentos de ponta. Enquanto, entre nós são tomadas tais medidas, os países centrais, inclusive o Japão, defendem, patrioticamente, os setores econômicos vitais ao desenvolvimento e ao bem-estar do povo.

Depois disso, fica sem razão, falar em livre comércio. Hoje, o capitalismo não se rege pela lei do mercado. O preço que é fixado pelos oligopólios é, pois, um preço administrado.

É evidente que o subsídio, aqui referido, é resultado de uma decisão política de interesse do país que a adota e de responsabilidade financeira do governo, tanto assim, que se trata de dinheiro público entregue a fundo perdido com determinada finalidade,

Agora, o que não é admissível é que o governo estabeleça subsídios, onerando a empresa pública ou privada, determinando preços que comprometem a lucratividade. É necessário subsidiar um setor da economia, assuma o governo o ônus financeiro da decisão.

NOVA ESCALADA CONTRA A PETROBRAS

A crise da Petrobrás vem de longe, agravou-se a partir de 1985.

No governo do General Ernesto Geisel, o sr. ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, em 1977, assinou a Portaria de nº 235, que em seu artigo 65 inciso XX dava poderes para o CNP legislar, junto com o Ministério da Fazenda, sobre a política dos prazos de faturamento e dos preços dos derivados de petróleo. Os autores da Portaria, defensores dos contratos de “risco”, autoritariamente, contrariaram a legislação em vigor, numa aberração jurídica.

A partir dessa decisão, três torpedos foram dirigidos contra a Petrobrás: 1) PRAZOS FAVORECIDOS; 2) SUBSIDIOS; 3) PREÇOS DEFASADOS.

Com fundamento nessa Portaria, ilegal e ilegítima, foram estabelecidas vantagens e favores às multinacionais e a outras empresas, como provaremos.

Enquanto perdurarem índices inflacionários não é possível vender a prazo sem proteção (correção monetária mais juros).

A inflação destruirá as empresas do nosso País, principalmente as que não possuem defesa contra a desvalorização da moeda.

A Petrobrás, por determinação do CNP, chegou a conceder prazo de 45 dias para faturar os volumes de petróleo fornecidos às refinarias de Manguinhos e Ipiranga, quando tais fornecimentos nos termos do artigo 3.o do Decreto 53.337 de 23/12/63, deveriam ser pagos à vista.

Para a Petrobrás as perdas decorrentes dos prazos de faturamento na venda de derivados para as distribuidoras são significativas.

A Petrobrás tem vendido derivados de petróleo para as companhias distribuidoras com prazos para pagamento que variam de 12 a 25 dias sem que haja, na estrutura de preços, quaisquer compensações ou custos financeiros embutidos. Tal procedimento vem impondo pesados prejuízos à Companhia, favorecendo as distribuidoras que auferiram, somente em 1988, cerca de US\$ 800 milhões de receitas financeiras.

Tendo em vista que o conceito de produtividade está intimamente ligado ao de lucro, traz muito esclarecimento a análise do déficit de 820 milhões de dólares da Petrobrás em 1988, a transferência financeira para as distribuidoras, que foi de 600 milhões de cruzados. Se não existissem os prazos de faturamento, o lucro da Petrobrás seria triplicado, representando em termos de produtividade um aumento de aproximadamente 200%, o que garantiria os recursos necessários para buscar o objetivo da auto-suficiência em petróleo.

É absolutamente necessário que as companhias distribuidoras passem a pagar à vista, tanto mais que é a forma de pagamento que recebem dos postos de gasolina.

Outra perda é representada pelas dificuldades de caixa da Petrobrás que decorrem, fundamentalmente, da defasagem dos preços dos derivados. É que as autoridades do setor econômico-financeiro estão partindo de índices desejáveis, artificialmente estabelecidos (mas jamais alcançados) de inflação para, a partir desses índices, fixar os preços dos derivados do petróleo, procurando forçar a queda dos referidos índices inflacionários, mesmo à custa do sucateamento e inviabilização de segmentos vitais para a economia do País. Na prática tal política suicida não está baixando os índices inflacionários mas conduzindo a maior empresa do País à insolvência. Assim, de maneira visível, comprometendo setores básicos, sem os quais não haverá desenvolvimento econômico.

Por outro lado, a comparação entre o custo efetivo do petróleo importado e a cobertura recebida através dos preços dos derivados, evidencia que, em 1989, a Petrobrás importou petróleo a US\$ 18,42/barril, em média e o vendeu a US\$ 13,66/barril, acumulando uma perda de US\$ 565 milhões na importação de petróleo.

As perdas financeiras devidas aos prazos de faturamento são muito altas: US\$ 1,2 bilhão em 1989 e US\$ 14 bilhão em 1988.

Parte dos problemas da Petrobrás são decorrentes da defasagem entre o PMR (PREÇO MÉDIO DE REALIZAÇÃO) – valor médio que a empresa recebe com a venda dos derivados e o índice de preços ao consumidor. Dentro desta colocação, a variação da correção do PMR, foi de 1.313.2% no ano de 1989, enquanto IPC (ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR) variou de 1.747,8%, 34% a mais, portanto.

PERDAS COM SUBSIDIO À NAFTA PETROQUIMICA

A Petrobrás vem, há mais de dez anos, vendendo nafta sistematicamente a preços muito inferiores aos do mercado internacional, arcando com perdas da ordem de US\$ 500 milhões/ano.

No período 1980/89 a Petrobrás transferiu para o setor privado nacional e estrangeiro, através do subsídio, cerca de US\$ 4 bilhões. Cerca de 40% da produção petroquímica nacional é exportada, a preços que chegam a ser 3 vezes superiores aos do mercado interno.

Conseqüentemente, é inadiável a adoção de uma política de preços de energia, inclusive petróleo e gás natural, que corrija a defasagem hoje existente. Importa, também, assegurar à Petrobrás níveis de rentabilidade compatíveis com a necessidade dos seus investimentos.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO REALIZA AUDITORIA NA PETROBRAS

AUDITORIA NA PETROBRÁS

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) solicitou, na representação ao TCU, uma investigação na política de preços da Petrobrás. A AEPET, neste importante documento, denuncia a política governamental de esvaziamento da Petrobrás, provocada por critérios de fixação artificial dos preços dos derivados e falhas na condução da comercialização, gerando o asfixiamento do fluxo de caixa, redução dos lucros e, em consequência, comprometimento no nível de investimentos na prospecção e no refino.

A representação especifica algumas das causas determinantes da crise na Companhia:

- a) Perdas de receita decorrentes das diferenças entre preços CIF do petróleo importado e CIF considerado na estrutura de preços;
- b) Perdas de receita decorrentes das diferenças entre as taxas de câmbio efetivas e as consideradas na estrutura de preços;
- c) Defasagem de preços;
- d) Perdas com subsídios à Nafta Petroquímica;
- e) Perdas decorrentes dos prazos de faturamento nas vendas de derivados para as distribuidoras;
- f) Perdas com a comercialização do Álcool;

- g) Débitos do Governo e de Entidades Governamentais com a Petrobrás.

Cada um destes itens foi exaustivamente fundamentado. Por amostragem, citaremos o item d:

“A Petrobrás vende a nafta à indústria petroquímica a US\$ 93/ton. quando o preço no mercado internacional oscila entre US\$ 170/180/ton. arcando com perdas de US\$ 500 milhões/ano.

No período 1980/1989 a Petrobrás transferiu para o setor privado estrangeiro e nacional, através do subsídio, quase US\$ 4 bilhões”.

Não se pode deixar de louvar a precisão informativa da AEPET.

O parecer do eminente Ministro Marcos Vilaça, ao examinar a matéria, contém oportunas considerações entre as quais citaremos as seguintes: “Dessa forma, entendo como procedente a Representação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás AEPET e dentro das limitações deste Tribunal, proponho que se proceda a uma auditoria operacional na Petrobrás com vistas a aprofundar os aspectos aqui tratados, e que se dê conhecimento ao Ministro da Infra-Estrutura do inteiro teor deste VOTO, com vistas à supervisão ministerial, para que tome as providências que o caso requer, bem assim, dele se faça conhecedor o Congresso Nacional”. Ainda ponderou o Sr. Ministro que o novo texto constitucional ampliou os poderes do TCU que, a partir de agora, está capacitado a analisar o desempenho financeiro de uma determinada empresa, em vez de limitar-se à conferência, pura e simples de suas contas. “Hoje temos competência para investigar a política financeira”, afirmou. E, ainda, disse: “FAÇO QUESTÃO DE DEIXAR BEM CLARO QUE NÃO ADMITO, NEM COMO HIPÓTESE, A PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRÁS. A PETROBRÁS É ESSENCIAL PARA O PAÍS”.

Em sessão extraordinária do Plenário, em 14 de dezembro de 1989, o Tribunal Pleno acolheu as conclusões do eminente Relator, Ministro Adhemar Paladini Ghisi, de cujo voto transcrevo as seguintes conclusões:

- 1) “A grave crise financeira que atravessa a Petrobrás, sem paralelo nos seus trinta e cinco anos de existência, traz à luz o resultado da desastrosa política econômica a que vem sendo submetida a Empresa, em desrespeito às mais elementares regras da atividade mercantil”.
- 2) “Como ilustração, cito a perda de US\$ 163 milhões, ocorrida no mês de julho último, quando a Companhia importou petróleo a US\$ 18.43 o barril, e o CNP adotou o valor de US\$ 13.04 na elaboração das estruturas de preço dos produtos derivados”.
- 3) “Obrigada a fornecer combustíveis e afins a outros Órgãos e Empresas Estatais, por conta de recebimentos incertos e improváveis, a Petrobrás ainda suporta o pesado ônus dos prejuízos gerados pelo Programa Nacional do Álcool”.

A decisão do Tribunal de Contas da União, ao examinar a Representação da Associação dos Engenheiros da Petrobrás de realizar a auditoria na Empresa, envolve os mais relevantes interesses do Brasil. Pode-se afirmar que é um pronunciamento histórico. Há de inspirar o País na defesa da soberania nacional e do desenvolvimento econômico. É uma perspectiva esperançosa que surge. Nem tudo está perdido.

PETROBRAS EMPRESA QUE RESPONDE AOS DESAFIOS

TECNOLOGIA EM ÁGUAS PROFUNDAS

A indústria de petróleo é extremamente competitiva e sem adequada infra-estrutura de pesquisa, fator crítico para o êxito da indústria, nenhuma empresa se estabiliza ou se desenvolve. Por isso, nesse setor, a prioridade da Companhia foi para o Programa de Capacitação Tecnológica em sistemas de exploração para águas profundas (PROCAP).

A indústria petrolífera brasileira, atualmente, está em condições de igualdade com os países mais desenvolvidos e, por vezes, chega a ser pioneira em termos de tecnologia de águas profundas. Contamos com um poço produzindo petróleo em lâmina d'água de 492 m, o de maior profundidade no mundo.

O Brasil já está fabricando o primeiro equipamento do mundo para produzir petróleo a profundidade de 1.000 metros. Por igual um robô submarino de apoio "offshore" com alcance de mil metros, o primeiro fabricado na América Latina pela firma CONSUB e a custos bem inferiores aos dos importados.

Em 1953, quando a Petrobrás foi criada, não dispúnhamos, praticamente, de tecnologia para desenvolver as atividades petrolíferas. Hoje, a Petrobrás domina a mais alta tecnologia imprescindível à indústria do petróleo e o prof. William Fisher da Universidade do Texas considera que "na plataforma submarina, a técnica de exploração ali empregada é a mais avançada do mundo inteiro". Isto tem que ser preservado.

Talvez, acreditamos nós, a melhor forma de evidenciar a eficiência da Petrobrás, seja comparar os resultados com as demais empresas petrolíferas. É o que faremos.

NA PESQUISA DO PETRÓLEO, o índice de sucesso da Petrobrás, em 1988, foi de 30,2% no mar e 35,8% em terra, contra a média mundial de 10%.

Igualmente importante é comparar os preços dos derivados do petróleo praticados no Brasil com os demais países. O preço do óleo diesel é 31% da média do preço internacional, o óleo combustível é de 30%, o GLP, 26% e a gasolina 23%.

PREÇO DA GASOLINA

Embutida na estrutura do preço da gasolina, a parte destinada à Petrobrás para matéria-prima e refino é, somente, de 23%. 77% são representados por subsídios e impostos, assim distribuídos: PARCELA COMPENSATÓRIA – 39,4% (Referente à compensação de subsídios ao óleo diesel); FRETE UNIFICADO – 4,7% (valor referente ao preço único em todo o Brasil); ROYALTIES – 0,4% (royalties aos estados e municípios onde se situam jazidas petrolíferas); ICM – 18,2%; COTA DE PREVIDÊNCIA – 0,0%; PIS/PASEP/FINSOCIAL – 5,1%; MARGEM DISTRIBUIDO-RA/REV – 9,2% (referente às distribuidoras Esso, Shell, etc. e aos postos de distribuição).

Apesar da grande carga de subsídios e impostos, a gasolina vendida no Brasil, é uma das mais baratas do mundo, graças à elevada produtividade da Petrobrás.

A revista TIME, edição de 10/09/90, publicou uma relação de países e os seus preços de comercialização por litro de gasolina, que foram, em dólar, os seguintes: Itália – 1,30, Suécia – 1,28, Dinamarca – 1,18, França – 1,15, Suíça – 1,02, Bélgica – 1,00, Inglaterra – 0,94, Espanha – 0,83, Alemanha Ocidental – 0,81, Japão – 0,80, BRASIL – 0,60.

Constata-se que, até mesmo o Japão, a maior potência econômica do mundo, e a Inglaterra que é auto-suficiente, estabelecem preços mais elevados do que os do Brasil. O governo não subsidia, nem o pão, nem o leite, mas continua subsidiando álcool do Landau. É preciso corrigir essa distorção!

INFLAÇÃO E AUMENTOS

Considerando o período de 01 de janeiro a 16 de março de 1990, quando a inflação acumulada foi de 347%, vamos verificar os seguintes aumentos para os derivados do petróleo:

GLP: a remuneração das distribuidoras aumentou 702%, a da Petrobrás 320% e o preço pago pelo consumidor 518%.

GASOLINA: a remuneração das distribuidoras aumentou 1709%, a da Petrobrás 572% e o preço pago pelo consumidor aumentou 621%.

DIESEL: a remuneração das distribuidoras aumentou 904%, a da Petrobrás 340% e o preço pago pelo consumidor aumentou 518%.

ÓLEO COMBUSTÍVEL: a remuneração das distribuidoras aumentou de 807%, a da Petrobrás 496% e o preço pago pelo consumidor aumentou 526%.

Evidencia-se que a política de preços prioriza o fator menos produtivo.

São dados, são fatos que evidenciam o acerto do povo brasileiro e do Congresso de 1953. Hoje, redobram as ameaças à Petrobrás e à economia nacional, exigindo nova mobilização para corrigir as distorções do governo no setor.

O Brasil continua agitado pela inquietação interna, frustrado pelo seu retrocesso econômico, contudo vai ser difícil deter a sua marcha para a emancipação econômica.

A Petrobrás tem contribuído significativamente para o superávit da nossa Balança Comercial. Quando se proclamou que a balança comercial teve um superávit de US\$ 20 bilhões, ninguém divulgou que mais da metade se devia às atividades petrolíferas, vale dizer à Petrobrás. Assim, o petróleo que ela produz significa US\$ 3,7 bilhões; o refino mais US\$ 4 bilhões; transportes pela FRONAPE US\$ 400 milhões; exportação dos excedentes de gasolina US\$ 1 bilhão. Compras de petróleo no exterior vinculadas a vendas de produtos brasileiros, o que equivale a mais de US\$ 1,2 bilhões; somando essas contribuições, verificamos que a Petrobrás concorre positivamente para o nosso Balanço de Pagamentos com importância superior a US\$ 10 bilhões.

A indústria de construção naval, basicamente situada no Estado do Rio de Janeiro, dá emprego a milhares de metalúrgicos.

80% das encomendas de navios cabem à Petrobrás. É mais uma contribuição valiosa da grande empresa.

No faturamento por empregado, 1988, a Companhia situa-se entre as 11 primeiras do mundo.

A produção de petróleo, no período de 1980/89, cresceu 10 vezes mais do que o número de empregados.

A produção anual de óleo (milhões de barris), em 1980, foi de 68.607, em 1989, de 225.146, com uma variação para mais de 228,16%. O número de empregados em 1980 era de 48.226, em 1989 de 60.028 com uma variação de 24,47%. Isto significa que enquanto a produção aumentou 228,16%, a variação do número de empregados foi, somente, de 24,47%.

Fica sem explicação e não existe nenhum critério que justifique a demissão de mais de 600 bolsistas admitidos após concurso público com mais de 35 mil candidatos, despendendo cerca de US\$ 10 milhões.

Em face de tão evidentes dados, compreende-se por que, Osi-
ris Silva, ex-ministro da Infra-Estrutura, afirmou:

“Das 50 maiores empresas do mundo, entre as quais a Petrobrás se inclui, só tem cinco empresas que têm menos empregados do que a Petrobrás. Quer dizer, 45 das 50 maiores empresas do mundo têm mais empregados do que a Petrobrás. Então não é uma Companhia que gerou empreguismo ou coisa dessa natureza. Por outro lado, o nosso faturamento por empregado, por ano, nivela bastante bem com a média do faturamento por empregados das demais companhias petrolíferas do mundo”.

Recentemente, o então presidente Motta Veiga afirmou que pretende atingir a meta de 1 milhão de barris por dia de óleo em 1995. Este objetivo representa um acréscimo superior a 40% sobre a atual produção de 680.000 barris diários. Em tais circunstâncias, será boa política promover dispensas quando se sabe que na indústria do petróleo são necessários de cinco a dez anos para a formação de um técnico experiente?

Quando se compara a capacidade de refino e o número de empregados, a Petrobrás se situa entre as 6 primeiras com um índice de 23,64, superior à ARCO, 23,57 e à British

Petroleum 15,81. É impressionante constatar-se que informações tão edificantes não são divulgadas! Há uma orquestração contra a Petrobrás. Por que? Será que os derrotistas, para dizer o mínimo, querem devolver às multinacionais o mercado que a Petrobrás conquistou para o Brasil?

É incontestável que a Petrobrás tem dimensão, capacidade técnica, produtividade e importância das grandes empresas do Primeiro Mundo. Entretanto, seus servidores ganham salários do Terceiro Mundo.

Vejamos: O salário médio na Petrobrás, considerando todas as vantagens, é de US\$ 1.120,00; British Petroleum US\$ 2.819,00; Atlantic Richfield US\$ 4.000,00; Shell Group US\$ 3.304,00; Phillips Petroleum US\$ 3.971,00. O salário médio da Petrobrás não chega a ser a metade do menor salário das empresas citadas. A mobilização dos recursos humanos de alto nível para integrarem grandes empresas que para efetivo êxito dependem de elevada tecnologia e produtividade, constitui o fator mais importante. A maneira mais eficiente de desorganizá-las é provocar a evasão da sua mão-de-obra por meio do aviltamento salarial. Daí a política salarial de “ganhar menos” para derrubar a Petrobrás, advogada pelos que combatem o monopólio.

CRISE DE 1973 E DE 1979

A crise de 1973 teve como consequência principal a elevação dos preços do barril de petróleo, a níveis jamais conhecidos, gerando pressões inflacionárias. A nova crise, a de 1979, ao contrário da anterior, é essencialmente política. Pela primeira vez os árabes usavam o petróleo como elemento de pressão, podendo vir a afetar o fornecimento do petróleo.

Por imprevidência governamental, a nossa taxa de consumo de petróleo continuou crescendo anualmente, superando todos os níveis anteriores. Ao contrário do que faziam as principais nações industrializadas do mundo que revisavam seus programas energéticos, realizando cortes no consumo e aumentando os investimentos na procura de reservas petrolíferas.

Com todas as dificuldades, a Petrobrás enfrenta a crise. Valendo-se da situação de ser a maior empresa compradora de petróleo do mundo, conseguiu aumentar a venda de manufaturados brasi-

leiros em troca de petróleo, aliviando, um pouco, as consequências do preço do barril de petróleo ter-se elevado a mais de US\$ 30.00.

É importante realçar que a Petrobrás conseguiu manter as importações necessárias sem nenhuma interrupção. O consumo interno de petróleo não sofreu nem esteve ameaçado de colapso. Mais um desafio que a Petrobrás venceu.

EFICIÊNCIA DA PETROBRÁS

A Petrobrás, competindo por 15 anos, com as 35 maiores empresas de petróleo do mundo, que com ela firmaram contratos de risco, deixa patente a sua capacidade. Nos últimos dez anos, a Petrobrás mais do que quadruplicou a produção brasileira de petróleo e gás equivalente, elevando-a de 170 mil b/d para quase 800 barris/dia. Em 15 anos as empresas estrangeiras multinacionais não lograram produzir uma gota de petróleo.

Com o mesmo objetivo, vamos, agora, mostrar a atuação de uma das suas subsidiárias: a PETROBRAS DISTRIBUIDORA. Competindo com nove empresas, cinco estrangeiras (Esso, Texaco, Atlantic, Shell e Sabbá) e quatro nacionais (Ipiranga (- 2 -), Hudson, São Paulo) foi considerada, por 9 vezes, num período de 16 anos, a melhor distribuidora de petróleo no Brasil. Nos últimos 5 anos a BR foi escolhida a melhor distribuidora 4 vezes, dados da revista EXAME de orientação nitidamente privatista.

O estudo anual “500 Maiores Empresas”, edição do levantamento feito pelo Centro de Estudos Empresariais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio, demonstra que no ano passado melhorou a performance global das grandes empresas que atuam no Brasil, em relação aos anos anteriores. Conjuntura do mês de agosto, confirma, mais uma vez, a liderança da Petrobrás no ranking das empresas brasileiras, em que a Cia. Vale do Rio Doce é a 2ª colocada.

A construção das refinarias REPLAN, REPAR e REVAP, a construção de novos oleodutos, com ampliação dos terminais e da frota de petroleiros, possibilitaram, segundo revistas especializadas sobre o assunto, que a Petrobrás fosse a empresa de petróleo de melhor desempenho de crescimento no período dos primeiros anos da década de 80. A PETROBRÁS concorreu para o desenvolvimento do País como um todo. Implantaram-se novas indústrias, implan-

tou-se os Pólos Petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul. O Brasil aumentou o seu comércio com o exterior e a produção de petróleo teve a fase de maior crescimento. A Petrobrás dava evidência de que caminhávamos para a auto-suficiência em petróleo. Por que não a atingimos? simplesmente, em virtude da desastrosa política de redução dos investimentos no setor.

BIRD RECONHECE O ALTO PADRÃO DA PETROBRAS

O Banco Mundial destaca, também, que os custos da Petrobrás em refino e transporte são comparáveis aos padrões internacionais, informando que embora os preços dos derivados sejam administrados pelo governo, as operações de refino da estatal brasileira estão entre as únicas do mundo que têm uma margem de lucro.

Tão grande dimensão da Petrobrás é o que estão tentando destruir.

Os dados examinados comprovam que a Petrobrás é uma empresa eficiente e vencedora. Em todas as crises ou dificuldades internacionais do petróleo, graças à Petrobrás, não houve colapso ou racionamento para o setor. Tornou o Brasil auto-suficiente em derivados de petróleo, exportando os excedentes. Graças à capacidade e dedicação dos seus servidores a empresa está no ranking das indústrias do petróleo nas primeiras colocações.

FALSO DILEMA - PRIVATIZAÇÃO OU ESTATIZAÇÃO

Entre o Estado absorvente que, praticamente, elimina a iniciativa privada e o Estado apático que entrega, basicamente, toda a economia aos interesses privados, há lugar para o Estado ativo que age dentro dos limites convenientes ao País.

No Brasil, a iniciativa estatal, foi o motor fomentador do nosso desenvolvimento econômico, construindo a base fundamental da industrialização: aço (Cia. Siderúrgica Nacional), petróleo (Petrobrás) e energia elétrica (Eletrobrás). Até hoje, as empresas estatais só têm participação significativa em cinco setores de infra-estrutura, dois de indústrias básicas e um na categoria de serviços, compreendendo mineração, metalurgia, petróleo e gás, armazenagem, energia elétrica, transporte, comunicação e serviços diversos, todos que exigem maiores investimentos e tecnologia especial e demorado retorno de capital, enquanto os 26 setores restantes estão entregues à iniciativa privada nacional ou estrangeira.

A entrada do ESTADO em alguns ramos-chaves, necessariamente, só ocorreu depois de fracassadas as várias tentativas de entregá-los ao capital privado e foi fator decisivo para o desenvolvimento e prosperidade da economia privada.

Uma experiência que merece cuidadosa reflexão é a da Alemanha Ocidental. Arrasada ao fim da Segunda Guerra, reconstruiu, com rapidez, o seu parque industrial e voltou a figurar entre os países mais prósperos. A iniciativa estatal foi decisiva para essa re-

cuperação. O Estado Alemão detém a maioria acionária em quase todas as grandes empresas existentes no país.

A iniciativa privada nem sempre é eficaz, haja vista as empresas Halles, Lume, Ipiranga, UEB, Aurea Lutfalla, Taa, Tabajara, Terra, Delfin, Coroa-Brastel, Brasilinvest, Auxiliar, Maisonnave, Sulbrasileiro, Comind, Habitasul, Haspa, Economisa, Letra, Tieppó. Em todas estas empresas houve malversação e danos financeiros para o erário público e quem pagou a conta foi o povo. Nem diferente foi o que aconteceu com as 359 empresas que sofreram intervenção ou foram liquidadas pelo Banco Central no período de 1964/1985.

PRIVATIZAÇÃO OU CORRUPÇÃO

Quando se analisa a proposta do governo de vender as empresas estatais rentáveis, encontra-se a verdadeira razão da campanha de desestatização. Entre as 19 empresas listadas pelo governo, a maior parte – 12 empresas – é constituída por estatais lucrativas, das quais se destaca a USIMINAS, que foi, em 1988, a oitava estatal em lucro operacional, a quarta mais rentável e a sexta em receita. Apenas a Acesita está na lista das sete estatais que deram maior prejuízo no ano passado. Entre outras estatais altamente rentáveis incluída na lista das privatizáveis foram a PETROQUÍMICA UNIÃO e a COPESUL, ambas do setor petroquímico.

Alienar um patrimônio erguido com dinheiro público, com dinheiro do povo, privilegiando a iniciativa privada nacional ou estrangeira indiferentemente, já que na legislação específica não há nenhuma reserva para a empresa brasileira de capital nacional, significa ato lesivo ao interesse do País e do povo brasileiro, constituindo uma maior ameaça à subordinação da economia nacional ao capital estrangeiro, já que os grupos econômicos internacionais é que terão recursos para assumir as maiores empresas. Trata-se de desestatização ou de desnacionalização?

A decisão de vender certas empresas que, com o seu lucro, ajudam a financiar a exploração e produção de petróleo no Brasil, é da maior gravidade pelos efeitos desencadeados, entre eles o da redução de recursos para o setor petrolífero, podendo comprometer o objetivo da auto-suficiência em petróleo ou, até mesmo o abastecimento atendido, plenamente, até hoje.

Em 1984, foi amplamente divulgado pela imprensa, o arquivamento puro e simples de 240 processos que apuraram fraudes de todos os tipos, em bancos e instituições financeiras, representando centenas de trilhões de cruzados a beneficiar poucos em detrimento de muitos. É notório o número de bancos que foram estatizados, socializando os prejuízos e privatizando os lucros.

Temos ainda o caso das empresas que por Incompetência gerencial do setor privado, muitas em estado de insolvência, mas com padrinhos poderosos, obtiveram por favores inconfessáveis, financiamentos indevidos, através do BNDES, por exemplo. Ao se tornarem inadimplentes, via judiciária, o controle acionário da empresa inviável economicamente é transferido ao Estado. Estas empresas não interessam à iniciativa privada. É por isso que o governo quer privatizar as empresas estatais rentáveis.

NO CAMPO DA PRIVATIZAÇÃO: O ESCÂNDALO DA VASP

Parece que a regra geral vai ser privatizar com dinheiro da “ineficiente” empresa estatal para compra da “eficientíssima empresa privada.

Quantas empresas estatais não estarão sendo privatizadas com dinheiro público, dinheiro do povo? O caso da VASP, só se tornou de conhecimento nacional, graças ao honroso comportamento de Luiz Octavio da Motta Veiga, que denunciou a pretendida operação entre a VASP e a BR, como danosa à empresa estatal. Repeliu, com dignidade, as pressões de Paulo César Faria, o PC, amigo do Presidente Collor e Marcos Coimbra, secretário-geral da Presidência da República para rever a decisão da Petrobrás Distribuidora (BR) de não conceder o empréstimo pedido pelo empresário Wagner Canhedo. O empréstimo pleiteado pela VASP seria de US\$ 60 milhões.

Há, no relatório, algumas conclusões que, por sua esclarecedora importância, devem ser salientadas. Assim, a proposta era inaceitável porque primeiro, “o financiamento era excessivo em relação ao valor do fornecimento, às limitações orçamentárias, à disponibilidade de caixa, bem como o nível de comprometimento de recursos com um único cliente”. Segundo, o prazo de amortização está “fora dos padrões normais de operação da espécie”. O risco econômico era “elevado” e a época em que o pedido foi feito era “inadequada,

uma vez que o proponente não era ainda acionista controlador da VASP, não estando, portanto, capacitado a firmar contrato de fornecimento em contrapartida ao financiamento requerido”.

A Comissão encarregada de examinar a proposta do Grupo Canhedo à Petrobrás Distribuidora considerou o pedido inaceitável, confirmando a denúncia do ex-Presidente da Companhia, mas surpreendentemente sugere a reabertura do “negócio”. Nada mais precisamos acrescentar. O leitor que julgue.

NEOLIBERALISMO EM CRISE

Dois anos de experiência, vividos pela Venezuela, na opção ao neoliberalismo e total abertura ao capital estrangeiro, já nos permitem fazer uma análise realista das suas conseqüências.

O senador Hilarion Cardozo, presidente da COPEJ (democracia cristã) afirma: “Estamos vivendo uma crise social espantosa”.

Eddo Polesel, presidente da poderosa FEDECAMARAS, central empresarial, completa:

“A situação econômica é extrema, com os ingredientes do desemprego, miséria e falta de poder aquisitivo”.

A Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) pediu a decretação do estado de emergência social. A CTV é ligada ao Partido Social Democrata que está no governo. O apelo se funda em dados alarmantes: nos quase dois anos de vigência do plano neoliberal do presidente Carlos André Perez, que tomou posse em 2 de fevereiro de 1989, o poder aquisitivo dos salários sofreu uma erosão de 50% e, em conseqüência, o consumo de calorias baixou de 2.600 para 1.800. O setor patronal concorda com os números dramáticos da Central Sindical: no início do ano, a Cavídea (Câmara Venezuelana das Indústrias de Alimentação) divulgou um estudo mostrando que o nível nutricional médio do venezuelano havia retrocedido ao padrão de 1949, um retrocesso de 40 anos portanto.

A queda do Produto Interno Bruto (PIB, medida da renda nacional) foi surpreendente, 8,1% em relação a 1988. Com a atual política recessiva no Brasil, espera-se uma queda, este ano, de

5%, a maior nesses 5 anos. Recordo, por oportuno, que, quando o presidente Juscelino Kubitschek tomou posse, afirmou que faria o Brasil crescer, no do PIB, no índice referido, fará, no mínimo, o Brasil retro seu governo, 50 anos. O atual governo, a continuar a queda ceder 25 anos.

É esse desastroso modelo que está sendo posto em prática no Brasil.

CAPITAL ESTRANGEIRO – Na Venezuela o projeto era duplicar o capital estrangeiro em 1990, levando a algo em torno de US\$ 4,8 bilhões. Até setembro, no entanto, apenas entraram US\$ 137 milhões. Foi uma previsão irrealista.

A teoria neoliberal de não participação do Estado na economia, aplicada no Brasil, fez da privatização a palavra da moda. Uma espécie de panacéia para todos os males. Ninguém defende a hipertrofia do Estado, mas não se pode deixar de reconhecer que tem sido o Estado um fator de defesa da economia nacional e do nosso desenvolvimento e, na medida do possível, uma resistência à sucção dos nossos recursos por parte dos grandes centros do poder econômico mundial. Por isso: nem hipertrofia, nem atrofia.

Nada justifica que se entregue toda a nossa economia à iniciativa privada. É certo que não é o capital nacional que vai absorver as grandes indústrias ou atividades econômicas que exigem elevados investimentos e alta tecnologia e, sim, o capital transnacional.

“Não acreditamos nessa hipótese que parece ser a desejável pelo governo, porque estimativas atuais sobre o total da evasão de divisas dão conta de cifras de US\$ 50 bilhões, segundo cálculo colhido nos meios financeiros internacionais pelo economista Igor Cornelsen, 43, diretor do “board” do Chartered WestLB Ltd e representante do banco inglês no país”.

O Brasil detém, desde 1987, o título recordista de fuga de capital do planeta, afirma Cornelsen.

Depois do confisco, que foi uma lição perversa para a economia, a instabilidade potencial acirrou-se, como consequência do Plano Collor, diz Meyer. (FSP-3/3/91)

Já examinamos a crise do neoliberalismo na Venezuela. No Brasil, é visível o fracasso da experiência neoliberal. Vejamos o que vai pela Grã-Bretanha. Dez anos já se passaram, desde que a Grã

-Bretanha, dominada por MRS. THATCHER, adotou o neoliberalismo, uma mistura de “laissez-faire” com entreguismo, no dizer de Ricardo Maranhão.

A Primeira-Ministra assumiu o governo da Grã-Bretanha com promessas de tirar o país do atraso econômico e tecnológico, acabar com a inflação, a ineficiência e o desemprego. Hoje a ministra Margaret Thatcher pode dar-se por vencida. O déficit comercial britânico é record: quase US\$ 4 bilhões. As taxas de juros de 15% ao ano são as mais altas dos países desenvolvidos. O desemprego atingiu a índices elevados, até então desconhecidos no país. Há um milhão de pacientes na fila da assistência médica na Inglaterra, Escócia e País de Gales, entre os quais 42% esperam uma vaga há mais de um ano. Sessenta por cento das crianças britânicas abandonam os estudos aos 16 anos. Só em Londres há 370.000 pessoas sem casa, das quais 30.000 têm menos de 25 anos.

Compreende-se por que a correspondente Ruth de Aquino, no Jornal do Brasil de 7/4/90, afirmou: O SONHO CONSERVADOR DE THATCHER É AGORA UM PESADELO E COMPLETOU: THATCHER É A GOVERNANTE MAIS IMPOPULAR EM 52 ANOS.⁴⁴

POUPANÇA INTERNA - FATOR DE PROGRESSO

É falaciosa a afirmação do atual governo de que os recursos externos são imprescindíveis ao nosso desenvolvimento. Não há, por igual, fundamento na previsão oficial de aumentar significativamente a entrada do capital estrangeiro, ainda em 1990.

O Relatório da Coopers & Lybrand, de 1988, revela que 85% da formação do capital no Brasil foram financiados com a poupança interna.

O Indicativo C54-123-71. Estado-Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra – Departamento de Estudos – Desenvolvimento Econômico e Capital Externo, pág. 31 esclarece que, somente, 5% ou 6% do Produto Nacional será gerado pelo capital externo, o que prova que o capital estrangeiro é pouco importante no total. O Brasil pode desenvolver-se, perfeitamente, com 94% do produto. É desejável a participação, sem privilégios ou concessões que não se justificam. Se não vier, não nos faz falta.

É irrealista a previsão do governo quanto à significativa entrada no País do capital estrangeiro. A distribuição do capital internacional, analisada por Barbosa Lima, em artigo do Jornal do Brasil, esclarece que, em 1986, esse capital se elevava a 152 bilhões de dólares. Desses 152 bilhões, 125 iam para os Estados Unidos, ou seja, 82,2% do total, 18 bilhões, 11,8%, eram açambarcados por três países de origem inglesa: a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá. Para os 12 países do mundo subdesenvolvido, inclusive o Brasil, restavam somente 5 bilhões de dólares, que, divididos, dariam 416 milhões para cada um, ou 3,2% da soma total. Que significado pode ter essa desprezível parcela, quando de 1982 a 1986,

de acordo com os números fornecidos pelo Banco Mundial, o Brasil pagou aos Bancos Internacionais, serviço da dívida, 73 bilhões e seiscentos milhões de dólares? Entretanto, a dívida passava de 93 bilhões em 1983 para 110 bilhões em 1986. Donde se conclui que o Brasil não é um país sem poupança, mas tais recursos se transferem para os países ricos. Sem investir não é possível progredir. Enquanto estivermos esmagados pela dívida externa, nenhum modelo econômico deterá a inflação.

Para completar esse quadro de profunda crise, nota-se que a pequena poupança externa também desapareceu, transformando o Brasil em exportador de capital para as nações credoras industrializadas.

Em 1987, a remessa líquida de recursos brasileiros para as agências multinacionais de desenvolvimento (Banco Interamericano e o Banco Mundial) foi de nada menos de US\$ 493 milhões, passando a US\$ 636 milhões em 1988 e a US\$ 842 milhões em 1989. Há uma previsão para 1990 de US\$ 1.220 milhões. Esta sangria de recursos nacionais foi denunciada em Washington, durante a realização, no final de setembro de 1990, no Quinto Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais, simultaneamente à reunião anual do Fundo Monetário Internacional, e do Banco Mundial.

Em face das irrefutáveis estatísticas econômicas, só um embusteiro pode insistir em nutrir esperança de expressivo ingresso, no País, de recursos externos.

CONTER A DEMANDA NÃO É SOLUÇÃO

A inflação brasileira não decorre de excesso de demanda ou de consumo, como querem os economistas do governo. Nem tal hipótese seria possível com 53 milhões de brasileiros em estado de fome crônica, e quando a indústria tem 30% de suas máquinas paradas por falta de encomendas.

A inflação brasileira tem outra origem. O governo não possui dólares. Quando deles precisa para pagar o serviço da dívida externa que se eleva a 17 bilhões de dólares, vai buscá-los com os exportadores e emite. A emissão é altamente inflacionária. “Em três dias de superjuros pagos pelo governo nas operações de over, na renovação diária da dívida interna, foi gasto o equivalente ao que se paga, durante um ano, para o funcionalismo federal” (Carrion Jr.). Isto inflaciona. Há pouco, os empresários brasileiros pressionaram o governo apontando os juros altos como o problema maior da economia do País. O governo insiste, erradamente, na elevação continuada das taxas de juros para conter a demanda. Os empresários precisam tomar dinheiro emprestado para funcionar. Estes juros altos que os empresários pagam são embutidos no preço dos seus produtos. Isto inflaciona. Até porque nenhuma economia pode funcionar satisfatoriamente com taxas de juros superiores a 6% acima da inflação. Entre nós, esta taxa está sendo de 10% ao mês, o que é inadmissível. Conseqüência: os custos financeiros dos investimentos dos empresários acabam sendo maiores do que a própria folha de salários. Com dinheiro caro, como será possível obter produtos de baixo custo? Mistificando-se a inflação, já se falou até em “cultura inflacionária”. A inflação nada tem de abstração cultural. Na inflação, há sempre

uma disputa na participação do produto. Se alguém aumenta as suas rendas, ganhando mais, por exemplo, alguém terá, conseqüentemente, a sua parte reduzida no todo. O beneficiado na partilha resulta do maior poder político. É, por isso que a classe assalariada tem sido sempre sacrificada no processo inflacionário. A reversão à normalidade só se pode dar através de uma política econômica adequada.

A equipe econômica do governo fundamenta a sua proposta de combate à inflação na redução da atividade econômica. Na medida que o País passe a consumir 30%, 40%, a menos, vai produzir 30%, 40% a menos, gerando desemprego de 30%, 40%. Numa economia de mercado não é possível ignorar a relação de crescimento do consumo, crescimento da produção, crescimento dos investimentos e geração de mais empregos.

Na Grande Crise de 1929, a maior do mundo, o automatismo autocorretor da relação consumo, investimento, produção entrou em inércia. A economia americana chegou a um desemprego de 25% da sua população. Qual a solução? Iniciou o governo americano, presidente Roosevelt, uma série de obras, dentro da política do New Deal, visando a absorver os desempregados e dar-lhes condições de compra para restabelecer o necessário dinamismo.

A redução de 40% da atividade econômica, admitida pelo governo, traria como conseqüência a redução do PIB de US\$ 350 bilhões para US\$ 200 bilhões. As conseqüências serão o caos, a convulsão social, o desespero e a violência levada a extremos não conhecidos no Brasil. O governo, como já se disse, está seguindo o conselho de um sapateiro, que ao verificar que o sapato não cabia no pé do freguês, sugeriu que ele cortasse a parte do pé excedente.

A contenção salarial tem sido a regra de todos os governos a partir de 1964. Quando o PIB crescia, os senhores do Poder afirmavam que era preciso crescer o bolo para depois distribuir. Agora, em recessão, o achatamento salarial foi o maior de todas as épocas. Do ponto de vista econômico, pode-se afirmar que o salário não é fator da nossa inflação.

O Presidente Collor de Mello pela medida provisória 292 enviada ao Congresso, pretende que haja, somente, dois

reajustes anuais. Tendo em vista que a inflação está atingindo 20% ao mês e, ao que parece, continuará a crescer, se aprovada, vai representar maior arrocho salarial, o que é insuportável.

O povo está perdendo a confiança no presidente. Não entende que o referido presidente contrarie sempre as promessas do candidato. Senão vejamos:

“A política salarial a ser adotada estabelece as condições para que as conjunturas desfavoráveis da economia não comprimam a base da massa salarial, o que significa refutar qualquer modalidade que induza à redução do poder de compra do trabalhador. Adicionalmente, o governo garantirá o crescimento real do salário mínimo, tendo como meta sua triplicação em termos reais durante o período do governo”.

Nada pior do que a desilusão do povo na palavra do candidato, em que chegou a confiar.

MONOPOLIO DE ESTADO E A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS EMPRESAS DE PETRÓLEO

Toda atividade petrolífera sempre se desenvolveu sob a forma de monopólio privado ou do Estado. Antigamente, os trustes de petróleo que de tão comprometidos com a violência, mudaram publicitariamente para multinacionais, controlavam e comandavam todo o setor. As grandes companhias formam uma trupe muito unida, à força de defender, a todo preço, os mesmos interesses. Elas eram sete, designadas por vários nomes. Com a aquisição da Gulf pela Chevron, tornaram-se seis. O cartel ou as seis irmãs, compreende: Exxon, Shell, Texaco, Chevron, Mobil e BP-Pritish Petroleum.

Depois de várias tentativas frustradas, como as de Mossadegh no Irã e Kassem no Iraque, o bloco monolítico das Sete Irmãs foi fisurado pelo México em 1935 e pelo Brasil em 1953. Só o monopólio de Estado pode resistir à ação dos trustes. O esforço desenvolvido por forças anti-nacionais no sentido de quebrar o nosso monopólio é para devolver aos trustes o mercado de petróleo do Brasil, hoje controlado por uma empresa nacional, a Petrobrás.

Na indústria do petróleo, o moderno, a tendência histórica irreversível, é o controle cada vez maior do Estado. Das 50 maiores empresas de petróleo do mundo, 30 são estatais. Se ao invés de 50, considerarmos, somente, as 15 maiores, oito são estatais.

Artigo na revista Fortune "Big Oil Face a Big Squeeze", de Peter Nulty, 9/10/89, parágrafo 6, afirma: "AS COMPANHIAS PETROLIFERAS ESTATAIS DEVERÃO CRESCER MAIS AINDA DO QUE JÁ VÊM CRESCENDO".

Nada mais precisamos dizer para evidenciar que os que combatem o monopólio do petróleo encobrem objetivos inconfessáveis.

PETROBRÁS – UMA SOLUÇÃO QUE DEU CERTO

Os inimigos da Petrobrás não se rendem à evidência do seu êxito. Afirmavam que não havia petróleo no Brasil, que jamais, sem ajuda das multinacionais, teríamos recursos e técnica para desenvolver as atividades petrolíferas.

Contestados os impostores pelos resultados da Empresa, aqui referidos, como leguleios do pessimismo, continuam a sua ação deletéria que, na verdade, oculta a defesa de interesses estranhos aos do nosso País.

IMPREVIDÊNCIA, INCOMPETENCIA OU IRRESPONSABILIDADE

Já nos referimos ao pronunciamento do General Candal da Fonseca, em sua posse em abril de 1967, quando afirmou ser im-postergável elevar os investimentos da Petrobrás como condição de chegarmos à auto-suficiência na produção de petróleo. Nos últimos anos, o que se fez foi, contrariando tão oportuna orientação, sistematicamente, reduzir os investimentos em relação às necessidades da empresa.

As autoridades governamentais, desde há tempos até hoje, têm recebido alertas e ponderações dos setores mais responsáveis da sociedade civil e dos técnicos da Petrobrás, que chegaram à elaboração minuciosa de bem fundamentado Plano.

Na administração Armando Guedes, em 1988, a Petrobrás submeteu ao Governo Sarney, o PASP – PLANO DE AÇÃO DO SETOR PETRÓLEO, que previa uma produção de um milhão de barris, já em 1993. O Governo Sarney findou melancolicamente em março de 90 e, simplesmente não se manifestou sobre o Plano. Todo este esforço tem sido uma fala aos surdos.

A crise político-militar no Oriente Médio, desde já, assume proporções extremamente graves, pela elevação dos preços do barril de petróleo, obrigando o País a despendar elevadas divisas escassas ou inexistentes.

Outra seria a situação, mais cômoda e tranqüila, se as autoridades governamentais tivessem sido sensíveis aos apelos que receberam. Importa, agora, reverter a expectativa, pela mudança de orientação da Petrobrás, que só se dará por nova mobilização popular.

A LUTA PELO PETRÓLEO NO BRASIL

O desenvolvimento da luta pelo petróleo no Brasil é acontecimento cuja análise permite conhecer o poder das forças que atuam no setor, objetivos e conflitos.

A mobilização do povo na campanha de “O Petróleo é Nosso”, movimento nacional de combate à entrega das atividades petrolíferas às multinacionais, foi o mais importante e o mais longo da história do Brasil.

Iniciado por grupos de esquerda, rapidamente tomou a dimensão de um movimento de união nacional, congregando homens e mulheres de tendência política diversas, da extrema-esquerda à direita liberal.

O grupo interno que serve aos interesses dos grupos internacionais, especialmente do petróleo, assustou-se com a grandeza do movimento, não se conformou e tentou detê-lo.

A reação da polícia foi feroz e sem precedentes. Na época foram numerosos os brasileiros, detidos e presos (houve até mortes) por manifestarem vontade de combater a Esso e Irmãs.

A campanha do petróleo foi, antes de tudo, uma campanha nacional, sem preocupações de política partidária, sem personalismo e voltada para os interesses fundamentais do País. Uma das suas tarefas mais árduas era defender as riquezas naturais do País e estabelecer o monopólio para as atividades petrolíferas.

A exacerbação patriótica, criticada por alguns, não traduz outra coisa senão, a revolta da consciência nacional contra o abando-

no em que tem estado o nosso povo, sexta área de fome do mundo e contra o saque de nossas riquezas.

Nossos índices sócio-econômicos são inferiores aos da maioria dos países da América Latina e de muitos países da Ásia e da África. Recentemente, outubro de 1990, a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), organismo das Nações Unidas, divulgou um balanço sobre a magnitude da pobreza na América Latina nos anos 80. A Cepal divide a pobreza em dois níveis: indigência e pobreza. Pela classificação, vê-se que o Brasil, em 1987, tinha 40% de pobres e 18% de indigentes. A diferença, nos casos da Argentina, Uruguai e Venezuela, chega a ser humilhante. Os pobres e indigentes são 17% na Argentina, 18% no Uruguai e 36% na Venezuela. Tais dados revelam que o Brasil caminha para a convulsão social, que já se manifesta na violência atual.

Voltemos à luta pelo petróleo! A maior campanha cívica da nossa história, a do “petróleo é nosso”, exemplo para todas as gerações, não terminou. Ressurgirá, sempre com o mesmo ímpeto e desassombro todas as vezes que o País for ameaçado. Hoje, agora, é o instante oportuno para a nova mobilização nacional, visando a deter a onda entreguista. Mais uma vez, nós venceremos.

RECORDAR É PRECISO

O tempo não apaga da lembrança o nome dos que têm sabido lutar pelas grandes causas nacionais. Muitos foram os brasileiros que, arduamente, participaram da Campanha do Petróleo. De início vem à memória o militante anônimo sem o qual não teríamos sido vitoriosos. Por dever de justiça há que se realçar naquela luta a brava e decisiva atuação do eminente General Horta Barbosa, como, agora, na defesa e na consolidação da Petrobrás e do Monopólio, ergue-se o vulto emérito do Professor Barbosa Lima Sobrinho que, na fase mais sombria da ditadura, com seus artigos, mantinha vivo o pensamento nacionalista.

Com minhas desculpas pelas injustas e inevitáveis omissões, entre outros, integraram a Campanha:

- Artur Bernardes
- Artur Carnaúba
- Bayard Boiteux
- Djalma Maranhão
- Domingos Velasco
- Edgar Buxbaum
- Estêvão Leitão de Carvalho
- Felicíssimo Cardoso
- Fernando Gasparian
- Fernando Luís Lobo Carneiro
- Fernando Santana
- Gentil Noronha
- Gondin da Fonseca

- Heitor Beltrão
- Henrique Miranda
- Hermes Lima
- Hugo Régis dos Reis
- José Antônio Rogê Ferreira
- José do Patrocínio Gallotti
- Luís Hildebrando Horta Barbosa
- Maria Augusta Tibiriçá Miranda
- Mário Covas
- Matos Pimenta
- Miguel Arraes
- Nelson Werneck Sodré
- Newton Estillac Leal
- Osni Duarte Pereira
- Oswaldo Lima Filho
- Roberto da Silveira
- Rubens Paiva
- Seixas Dória

Na nova fase de nossa luta, por sua atuação, já se destacam alguns partícipes, entre os quais:

- Abigail Feitosa
- Admílson Sales
- Albino Pinheiro
- Angelo Francisco dos Santos
- Antônio Machado Guimarães
- Antônio Maciel Neto
- Aureliano Chaves
- Artur Moreira Lima
- Haroldo Lima
- Bocaiúva Cunha
- Benedito Monteiro
- Diomedes Cesário da Silva
- Eduardo Chuay
- Fernando Siqueira
- Guaraci Porto

- Hélio Beltrão
- Heráclio Salles
- Jamil Haddad
- Jarbas Passarinho
- João Paulo
- Luiz Fernando de Oliveira Gutman
- Luís Salomão
- Lisâneas Maciel
- Luiz Carlos Prestes
- Maria Teresa Garcia
- Mário Lima
- Mauro Campos
- Pompeu de Souza
- Ricardo Maranhão
- Roberto Freire
- Saturnino Braga
- Severo Gomes
- Ziraldo Alves Pinto
- Wilson Barbosa de Oliveira

Ainda, durante a luta pela criação da Petrobrás, temos que lembrar a atuação valiosa de entidades como o CENTRO DE ESTUDOS E DEFESA DO PETRÓLEO E DA ECONOMIA NACIONAL (CEDPEN), CLUBE DE ENGENHARIA, CLUBE MILITAR, CENTROS ESTUDANTIS, SINDICATOS, FEDERAÇÕES. Destacamos, entre os jornais: Diário de Notícias, Emancipação e Jornal de Debates. Todo o País foi mobilizado. O movimento ganhou as ruas e as praças. O Brasil, por inteiro, transformou-se numa grande tribuna popular de conscientização dos interesses nacionais.

Devemos, ainda, realçar a brava contribuição de Maria Augusta Tibiriçá em nossa luta, como tenho proclamado tantas vezes. Além de participante, é a historiadora da maior luta do nosso povo no seu livro – O PETRÓLEO É NOSSO – EDITORA VOZES.

HOJE - O QUE É A PETROBRAS?

Não obstante, apesar de tudo que lhe prejudica, A GRANDE EMPRESA é a viga mestra da economia nacional.

O que é a Petrobrás já o dissemos. Vamos, agora, simplesmente completar algumas informações.

É a maior empresa do Brasil e do hemisfério sul e uma das maiores do setor: 8ª empresa em capacidade de refino, 12ª em reservas de petróleo com um faturamento superior a US\$ 13 bilhões.

O Sistema Petrobrás, com 103 empresas, gera exatamente 70.000 empregos diretos e cerca de 3.000.000 indiretos. Quando a empresa iniciou suas atividades em 1954 era caótica a situação com apenas 30 geólogos e 100 engenheiros. Hoje a empresa tem 700 geólogos e mais de 6.000 engenheiros trabalhando na indústria petrolífera.

Em 1954, produzíamos, apenas 2.700 b/d menos de 2% do consumo. Hoje, a Petrobrás produz 680.000 b/d mais de 60% do nosso consumo. Nossas reservas provadas montam a 7,7 bilhões de barris de petróleo, superiores às do Canadá e equivalentes às da Shell e da Esso, as duas maiores empresas petrolíferas do mundo. Um patrimônio de US\$ 160 bilhões. Temos petróleo e muito. Falta a decisão de investir.

A Petrobrás, através da política de nacionalização, permite que 95% de materiais, equipamentos e serviços sejam adquiridos no País. São bilhões de dólares aplicados no mercado interno.

A Petrobrás domina a mais alta tecnologia para desenvolvimento das atividades petrolíferas.

PALAVRAS FINAIS

Nosso trabalho significa um repúdio à ação de grupos econômicos alienígenas e seus agentes internos.

Ao lembrar o espírito de luta pela criação da Petrobrás, torno presente a força de persuasão do Movimento Nacionalista capaz de construir uma Nação consciente de si mesma, independente e soberana.

Não pode haver transigências e concessões contrárias às necessidades do povo e aos interesses do Brasil.

Aqueles que atualmente, tutelados pelo poder, defendem vantagens especiais para o capital estrangeiro, conformando-se com um país dependente e satélite, serão vencidos. É uma questão de tempo.

Nosso objetivo é a favor da mobilização nacional contra a entrega do País a grupos internacionais.

Tal há de ser a nossa luta!

NACIONALISMO

O pensamento nacionalista, sem desvios, está fielmente representado neste livro. *Euzébio Rocha*, constituinte de 1946, deputado por várias legislaturas, advogado, conseguiu reunir fatos, dados, estatísticas, informações, desenhando com precisão a realidade nacional. Fê-lo, entretanto, com um fim deliberado: — Denunciar ao País a conspiração de poderosos grupos alienígenas e seus agentes internos, visando a desnacionalização da nossa economia. Para consecução de tão hediondo objetivo sentem que é imprescindível aniquilar a Petrobrás, viga mestra da nossa economia, empresa símbolo da nossa independência econômica.

Antes das palavras finais, com precisão, preparou o espírito do leitor, examinando temas palpitantes como: PETRÓLEO — MOTOR DO MUNDO, NEOLIBERALISMO EM CRISE, POUPANÇA INTERNA — FATOR DE PROGRESSO, POR UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA, FALSO DILEMA — PRIVATIZAÇÃO OU ESTATIZAÇÃO, NOVA ESCALADA CONTRA A PETROBRÁS, para focalizar, apenas, alguns capítulos que tratam de assuntos que vêm desafiando os estudiosos e empolgando a opinião pública. Em linguagem clara e objetiva, que nunca atinge a violência, os problemas suscitados tomam rumos definidos e explícitos. Há, nas soluções apresentadas, manifesta confiança no Povo e esperança no Brasil. Há, também, uma advertência quando lembra que a ação dos governos reacionários tem sempre conduzido os povos a reação revolucionária.

Continua *Euzébio Rocha*, onde sempre esteve: defendendo o interesse nacional.

Não é de hoje a sua posição de líder nacionalista. Destacado condutor da luta vitoriosa pelo Monopólio Estatal do Petróleo, onde sua posição na Câmara foi decisiva, manteve-se sempre fiel aos seus princípios. Consignamos que são poucos os homens que têm participação decisiva em assuntos de relevância histórica como a implantação da República, libertação dos escravos ou a vitória do Monopólio Estatal do Petróleo.

Euzébio Rocha tem o privilégio de ser partícipe destacado de dois grandes movimentos, o do petróleo e o da Legislação Atômica do País. Foi a primeira voz a se levantar no Parlamento Brasileiro condenando a exportação de areias monazíticas e minerais radioativos, pugnando pela legislação atômica, tendo sido por tal atuação, homenageado pela Comissão de Energia Nuclear, Instituto de Energia Atômica, Instituto de Pesquisas Radioativas e Instituto de Engenharia Nuclear, em 9 de setembro de 1962, como pioneiro das lutas pelo estabelecimento da legislação nuclear no Brasil.

Hoje, uma nova jornada inicia *Euzébio Rocha*: — a luta contra a internacionalização da economia do Brasil. Cumprimos o nosso indeclinável dever de entregar ao patriotismo dos brasileiros a grave denúncia que este livro encerra.

LUIZ TOLEDO MACHADO